

# História e Política:

Pensamentos  
constitutivos  
e críticos



2

Denise Pereira  
Karen Fernanda Bortoloti  
(Organizadoras)

**Atena**  
Editora  
Ano 2022

# História e Política:

Pensamentos  
constitutivos  
e críticos



2

Denise Pereira  
Karen Fernanda Bortoloti  
(Organizadoras)

**Atena**  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## História e política: pensamentos constitutivos e críticos 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Yaidy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadoras:** Denise Pereira  
Karen Fernanda Bortoloti

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História e política: pensamentos constitutivos e críticos 2 / Organizadoras Denise Pereira, Karen Fernanda Bortoloti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-952-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.520221802>

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Bortoloti, Karen Fernanda (Organizadora). III. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br



## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

Ao olhar ingênuo a aproximação entre história e política pode parecer tácita, uma vez que é comum dizermos “história política” de um país, por exemplo, todavia não o é. Ao longo do tempo existiram momentos de aproximação, em busca de explicações e apoio, mas também períodos de estranhamento. Alguns pensadores chegaram mesmo a referendar, a partir da História das Ideias, que o pensamento político compunha um mundo à parte, no qual os filósofos debateriam entre si, mesmo distantes no tempo e no espaço.

A distinção entre história, como disciplina e método, e histórico, como característica de processos e práticas que acontecem no tempo e no espaço, não é apenas um recurso para ressaltar extensão da articulação entre história e política. Para além da separação proposta por Weber entre singularidade e generalização, que diferencia analiticamente a causalidade histórica da sociológica, forjou-se um vocabulário que contaminou certos segmentos da ciência política como, por exemplo, tempo, conjuntura, contexto, evento e sequência.

Nos últimos tempos observamos, no Brasil, a aproximação entre História e Política têm recebido uma expressiva revitalização. Observamos, e a obra que temos em mãos é um bom exemplo, um diálogo interdisciplinar mais amplo nos trabalhos específicos da área.

A necessidade deste diálogo para a formação dos pesquisadores das duas áreas e, porque não, para o público em geral, é importante para a compreensão da realidade que nos circunda. Não podemos esquecer que toda a ação política ocorre em um espaço de experiências, construindo e interferindo nas memórias, nas formas de pensar, nas instituições que constituem as comunidades.

Como nos ensinou Hannah Arendt, a política é uma necessidade imperiosa para a vida humana e, ainda maior para a sociedade, sendo, portanto, uma das funções da política garantir a vida dos indivíduos. Como necessidade dos indivíduos, a política interfere na existência e na convivência, cabendo a história elucidar como instituições, partidos, processos eleitorais, já que a nossa democracia é representativa, foram pensados e tornados possíveis em determinadas condições de tempo e espaço.




Assim, é de suma importância que a relação dialogal entre a História e a Política sejam mantidas e aprimoradas de forma prospectiva para a melhor compreensão da sociedade sobre ela mesma, para o entendimento das transformações sócio-históricas, das formas de pensamento.








Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.


Denise Pereira  
Karen Fernanda Bortoloti



## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
“EMISSÁRIOS E SEUS VERTIGINOSOS PLANOS”: A AÇÃO DE LIBERAIS REPUBLICANOS NA REVOLTA DOS MATUTOS (PERNAMBUCO – 1838)	
Manoel Nunes Cavalcanti Junior	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218021">https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218021</a>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
A ARTICULAÇÃO ENTRE CIDADE E SUBJETIVIDADE NA LITERATURA URBANA PÓS-MODERNA	
Felipe Dias Ramos Loureiro	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218022">https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218022</a>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE: ESTADO, INTERVENÇÃO LEGISLATIVA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE (1928 – 1930)	
Roberto Jorge Chaves Araújo Jean Carlo de Carvalho Costa	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218023">https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218023</a>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>46</b>
A CONCEPÇÃO DA DOCTRINA REFORMISTA DA IGREJA MEDIEVAL A PARTIR DE ARNALDO DE VILANOVA (SÉCULO XIV)	
Nabio Vanutt da Silva	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218024">https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218024</a>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>56</b>
A COOPERATIVIZAÇÃO SOB O REGIME DO KHMER VERMELHO (1973-1979)	
Jorge Arbage	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218025">https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218025</a>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>67</b>
ANÁLISES DE EXPERIÊNCIAS NA PRÁTICA DO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA ENTRE ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	
Fabiano Brito Dos Santos	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218026">https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218026</a>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>80</b>
CONFISSÕES DA MADONNA: A HISTÓRIA DE UMA VÊNUS FEITA ARTE EM WILLENDORF	
Carlos Velázquez Alessandra C. Alcântara	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218027">https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218027</a>	


<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>93</b>
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 AO RECONHECIMENTO JURÍDICO E ACESSO CARTORIAL AO CASAMENTO GAY: CAMINHOS E DESCAMINHOS	
Paulo Sérgio da Silva Ana Paula da Silva	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218028">https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218028</a>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>104</b>
ECOS DE MEMÓRIA DE UMA ESCOLA CENTENÁRIA	
Tânia Regina da Rocha Unglaub Cleia Demétrio Pereira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218029">https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218029</a>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>117</b>
HISTÓRIAS SOBRE JOVENS, REPRESSÃO E CONSUMO DE DROGAS NO BRASIL	
Ana Maria Cardachevski	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180210">https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180210</a>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>134</b>
ÍNDIOS PANKARÁ: ENTRE A SERRA E O RIO. HISTÓRIA, MEMÓRIA E ALTERIDADE	
Alberto Reani	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180211">https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180211</a>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>147</b>
MEMÓRIA E EFEITO DE SENTIDO DA FILIAÇÃO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DE 1934 E 1988	
Flávia David Vieira Edvania Gomes da Silva	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180212">https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180212</a>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>167</b>
NO VÁCUO DO TEMPO PRESENTE: O PASSADO DO BRASIL ENTRE NARRATIVAS	
Arthur Henrique Lux Lobo	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180213">https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180213</a>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>182</b>
O BANCO MEDICI NA ERA DE COSIMO, O VELHO, COMO INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DO PODER POLÍTICO-ECONÔMICO: A PERSPECTIVA DE MAQUIAVEL E GUICCIARDINI	
Bianca Coradin Benedeti	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180214">https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180214</a>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>189</b>
O TRABALHISMO VARGUISTA ENTRE AS TRINCHEIRAS DA OPOSIÇÃO (1943-1945)	
Juliana Martins Alves	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180215>

**CAPÍTULO 16.....201**

OS PENSAMENTOS POLÍTICOS DE MICHEL FOUCAULT E NORBERTO BOBBIO  
ACERCA DA FUNÇÃO SOCIAL DOS INTELLECTUAIS

Rodrigo Davi Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180216>


**CAPÍTULO 17.....212**

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E AVALIAÇÃO: POLÍTICAS DE ESTADO OU  
POLÍTICAS DE GOVERNO?

Rafael Ângelo Bunhi Pinto

Silvana Maria Gabaldo Xavier

Giane Aparecida Sales da Silva Mota

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180217>


**CAPÍTULO 18.....226**

RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA NA PRESERVAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE ACERVOS:  
OS ACERVOS TEATRAIS ALOCADOS NA SALA ANTÔNIO MANOEL DE SOUZA  
GUERRA CEDOC/UFSJ

Berilo Luigi Deiró Nosella

Fabiana Siqueira Fontana

Isabela Francisconi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180218>

**CAPÍTULO 19.....234**

TEKOHA: LUGAR DE MEMÓRIA E VIDA


Raul Claudio Lima Falcão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180219>

**CAPÍTULO 20.....247**

UMA ANÁLISE SOBRE A (NÃO) PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE  
TOMBAMENTO

Priscila Angelo Tarabossi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180220>

**SOBRE AS ORGANIZADORAS.....259**

**ÍNDICE REMISSIVO.....260**

## ÍNDIOS PANKARÁ: ENTRE A SERRA E O RIO. HISTÓRIA, MEMÓRIA E ALTERIDADE

Data de aceite: 01/02/2022

**Alberto Reani**

Mestre em Teologia pela Universidade Católica  
de Pernambuco (UNICAP)  
Recife (PE)  
<http://lattes.cnpq.br/4667302017762856>

**RESUMO:** Pankará, povo indígena do Sertão do Sub Médio São Francisco, ocupa tradicionalmente a Serra do Arapuá (Carnaubeira da Penha / PE) e as margens do Rio São Francisco (Itacuruba/PE). A memória dos anciãos e a ligação com os ancestrais míticos é caminho de resistência para construir o futuro e garantir direitos (identidade, alteridade e terra) dificultados por históricos conflitos com quem invadiu as terras tradicionais. Ancestrais míticos garantem a resistência e guiam as gerações de hoje nas pegadas dos antepassados. O espiritual sustenta e motiva o político: as mobilizações políticas e sociais se fortalecem quando o povo se encontra no Ritual. É o que testemunha o Pajé Manoel Caxiado ao contar o início da retomada da aldeia Pankará Serrote dos Campos (Itacuruba/PE).

**PALAVRAS-CHAVE:** História indígena; Povo Pankará; Memória e Identidade.

**PANKARÁ INDIGENOUS PEOPLE:  
BETWEEN THE MOUNTAINS AND  
THE RIVER. HISTORY, MEMORY AND  
ALTERITY**

**ABSTRACT:** Pankará, an indigenous people

from the Sertão of Sub Médio São Francisco, traditionally occupy the Serra do Arapuá (Carnaubeira da Penha/PE) and the banks of the São Francisco River (Itacuruba/PE). The memory of elders and the connection with the mythical ancestors is a way of resistance to build the future and guarantee rights (identity, alterity and land) made difficult by historical conflicts with those who invaded traditional lands. Mythical ancestors ensure endurance and guide today's generations in the footsteps of ancestors. The spiritual sustains and motivates the political: political and social mobilizations are strengthened when the people meet in Ritual. This is what Pajé Manoel Caxiado testifies when he tells of the beginning of the taking of the Pankará Serrote dos Campos (Itacuruba/PE).

**KEYWORDS:** Indigenous history; Pankará people; Memory and Identity.

O clima seco do Semiárido pernambucano, com suas altas temperaturas e “uma taxa anual de evaporação que excede a das precipitações”<sup>1</sup> e com fenômenos de seca recorrentes, em um ambiente árido e frágil tal como o bioma da Caatinga, encontra no Rio São Francisco sua imemorial esperança. As cheias sazonais provocadas pelas chuvas traziam fertilidade graças a novo *húmus* que as águas do rio depositavam em suas ribeiras e, pela piracema, enchiam o rio de peixes adultos em busca de tradicionais e conhecidos lugares de desova. Trata-se de algo do passado, pois

<sup>1</sup> ANDRADE, 2003, p. 48.

as transformações devidas às barragens deixaram só recordações na memória dos mais velhos, como acabaram contando uma noite no povo Pankará de Itacuruba: antes, quando todo mundo plantava e colhia nas ilhas, iam à feira para vender; hoje vão para comprar.

É nessa região do médio São Francisco e das bacias dos rios Pajeú e Moxotó que, na chamada depressão sertaneja, se destacam algumas serras, dentre elas a Serra Negra, a Serra do Arapuá, a Serra de Umã, a Serra Grande de Tacaratu, a Serra Pipipã e a Serra do Jacaré, além de outros serrotes menores, mas que fazem parte da história e da memória de muitos índios (e não índios) na região: Serra Branca, Serrote do Jatinã, Serrote do Padre, para citar alguns. Devemos considerar, porém, que os povos indígenas reconhecem valor e importância de tipo diferente às serras citadas. Algumas só têm importância geográfica, como caminho nas perambulações, como a Serra do Jatinã (caminho para Itacuruba) e a Serra Branca (caminho para Belém do São Francisco). Outras já são consideradas pelo seu valor “espiritual”, como a importantíssima Serra Negra, que também serviu de refúgio em época de perseguição<sup>2</sup>, ou como o Serrote do Padre, onde o Dr. Carlos Estêvão, pesquisador entre os Pankararu no século passado, descobriu uma gruta de grande valor arqueológico<sup>3</sup>. Outras por serem lugar de morada, como as Serras do Jacaré<sup>4</sup>, do Arapuá e do Umã.

---

2 “A Serra Negra, desde muitos anos, fora local de moradia de diferentes povos indígenas. Em 1838, tinha-se notícias de ‘umans e xocós’ que da Serra migraram para Jardim, no Ceará. Em 1842, o Delegado de Flores informava que tinha recebido ordens da autoridade provincial para encontrar a melhor maneira de ‘chamar a ordem’ índios Quipapá (Pipipan?), Uman e Xocó que ‘armados a maior parte deles com granadeiras, bacamartes, clavinotes e pistolas’, estavam atacando e assassinando quem passava na Serra Negra e no Piancó. [...] A Serra se tornou uma fortaleza onde os povos indígenas e os que para lá foram defenderam seus territórios tradicionais frente às invasões dos fazendeiros com o criatório de gado.” (SILVA, 2007, p. 116). O mesmo autor ajuda entender que a resistência dos índios e suas estratégias de sobrevivência podiam assumir diferentes formas: desde a guerrilha e alianças, até mesmo o serviço de mão de obra. Os índios agiam também com o conhecimento das leis e da política. “Os índios da Serra Negra, sabedores dos embates e disputas da política local, buscavam apoio e fizeram alianças com aqueles que ocuparam cargos públicos.” (Idem, p. 118).

3 “No dia 24 de fevereiro de 1936, antes mesmo de entrar no Brejo dos Padres, Carlos Estêvão sai em visita ao canteiro de obras da Companhia Industrial e Agrícola do Baixo São Francisco, situada em Itaparica. Nessa visita, Carlos Estêvão descobre em ‘um Serrote que fica perto da aludida cachoeira um ossuário indígena de real valor científico’. E ali próximo, ele encontra o velho Anselmo, um Pankararu com quem visita a gruta, e que lhe conta as primeiras narrativas sobre a ‘Gruta do Padre’. Durante os anos seguintes Carlos Estêvão vai trabalhar com esses achados da Gruta do Padre e com os Pankararu. Essa publicação contém um relato dessas viagens, e será muito importante para os índios desta região. Torna-se uma peça importante no reconhecimento formal dos índios Pankararu pelo Estado brasileiro.” (ATHIAS, 2011. Disponível em: <http://blog.etnolinguistica.org/2011/11/carlos-estevao-gruta-do-padre-e-os.html>).

4 “Aos 7 de Julho sahi de Pernambuco, e aos 31 do dito cheguei na capela de Jeritacó, ribeira do Moxotó, e no primeiro de agosto, que era o dia de Sant’ Anna, depois de ter celebrado a santa missa, lá vierão duos dos ditos gentios a ter fala comigo, porque já estavam notificados pelos moradores da dita ribeira; com muito agrado os recebi, e perguntando eu por toda a sua gente, responderão, que estavam todos juntos no mato, esperando por mim, mas que não sahião n’essa ribeira por medo da muita gente que lá havia, e que só indo eu ao logar chamado Jacaré, por ser este logar muito retrado, sem falta todos lá sahirião; e por eu saber que esta é uma gente muito desconfiada, e só com paciencia, prudencia e caridade se vence, lhe fiz a vontade, e com todo o rigor da seca e da fome, do melhor modo que pude, aos 12 de Agosto, ao sol posto, cheguei n’este logar do Jacaré, sem achar gentio nenhum; e aos 13, às 5 horas da tarde é que aparecerão 4 correios dos ditos gentios, e um d’elles era o seu capataz; e chegando, como sinal de respeito e de entrega, logo encostarão seus arcos e frexas ao me pobre ranxo. Com agrado e alegria os recebi, e perguntando eu onde estava a sua gente, respondeu o língua e capataz, que a gente vinha muito devagar em razão da fome, dos velhos e dos meninos, mas que amanhan, até depois, sem falta estavam todos n’este logar. Com efeito aos 15, dia da gloriozissima assumpção de Maria Santissima ao céu, às 4 horas da tarde, é que tive o inexplicável contentamento de vêr-me cercado, e ter na minha presença 114 gentios brabos, que é o numero total d’elles, entre maxos e fêmeas, grandes e pequenos. (FRESCAROLO, frei Vital. Carta ao Bispo de Olinda - 4 de Setembro de 1802. Apud: *Revista Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro*, 46, 1883, pp.107-108).

Documentos do SPI demonstram que os Pankará, embora na época ainda simplesmente chamados “índios da Serra do Arapuá” (MENDONÇA, 2003), solicitaram o reconhecimento ainda na década de 1940. O Órgão do Governo, porém, só reconheceu o povo Atikum da Serra Umã, onde em 1949, criou um Posto Indígena. Aliás, esse Posto Indígena na Serra Umã foi o pretexto para justificar a não criação de outro Posto na Serra do Arapuá, na época, Município de Floresta<sup>5</sup>. Lara Andrade escreve as motivações com que o SPI justifica a decisão:

As respostas do órgão indigenista oficial aos índios sobre suas solicitações eram de duas ordens: 1) já foi estabelecido um posto na Serra Umã, o SPI não tem mais recursos para montar outro posto e os índios que querem ser atendidos devem se deslocar para lá, e 2) as terras da Serra do Arapuá tem proprietários com documentos de terra, já houve muitos problemas [...]. (ANDRADE, 2010, p. 34).

Isso mostra que desde então o governo brasileiro, através do SPI, tem conhecimento de que “existiam remanescentes indígenas esparsos pelas Serras de Arapuá e Cacaria, situadas nas adjacências da Serra Umã”<sup>6</sup>. Escolhas (ou projetos) de cunho político e planos de razão administrativa podem ter se juntado a interesses de tipo sócio-econômicos locais para rumar à decisão de que um só Posto bastaria para atender a área toda, sem acarretar gastos maiores ao governo. Podemos suspeitar, porém, que o problema maior seria o fato de ter, na Serra do Arapuá, “proprietários com documentos de terra”.

O texto acena, ainda, ao fato de que “já houve muitos problemas”, embora não descreva de que se tratasse. Considerando que um telegrama oficial dizia: “os nossos limitados recursos não permitem se pensar na instalação de Posto para atender pequeno número de remanescentes indígenas, que sejam os mesmos”<sup>7</sup>, podemos deduzir tratar-se de problemas de origem tanto econômica (mais gastos públicos para um exíguo número de índios), como também etnológica (índigenas reconhecidos como sendo do mesmo grupo étnico). Conhecendo, porém a realidade sociocultural da região e alguns acontecimentos que marcaram a história de Carnaubeira da Penha<sup>8</sup>, podemos entender que, nas entrelinhas,

5 Carnaubeira se emancipou de Floresta em 01 de outubro de 1991 (lei estadual nº 10.626). Do ponto de vista eclesiástico “em 1910 foi criada a paróquia de Belem do São Francisco desmembrada da paróquia de Cabrobó. Até esta data Carnaubeira, Olho d’água do Padre, Barra do Silva, Enjeitado - pertenciam a freguesia de Floresta e passaram para a nova paróquia de Belem. Ja faz, pois, 70 anos que os limites eclesiasticos são assim organizados continuando pertencer municipalmente a Floresta.” (PARÓQUIA DE CARNAUBEIRA. Livro de Tombo, vol 1, p. 4 verso). Só em 1990 se tornou Paróquia, gozando finalmente de autonomia oficial, mas sempre permanecendo no giro de influências dos “poderes florestanos”, apesar das inúmeras tentativas do vigário Padre Evaldo Bette para que o 3º Distrito se emancipe do Município de Floresta. Facilmente percebe-se este sentimento nas páginas dos dois Livros de Tombo da Paróquia de Carnaubeira. O segundo livro de Tombo testemunha de forma simples, mas clara que o padre conseguiu ter a alegria de ver realizado seu sonho, frisando que “**No dia 1º de setembro de 1991 Carnaubeira se emancipou**” e logo em seguida, alguém (provavelmente a professora Jandira Ferraz) se preocupando em transcrever a “**CERTIDÃO DE ÓBITO** de Pe Evaldo Bette[...] falecido no dia 9 de outubro de 1991, às 17,30h. [...]”. (PARÓQUIA DE CARNAUBEIRA. Livro de Tombo, vol 2, p. 74).

6 Museu do Índio, microfilme 152, fotograma 001071 > TELEGRAMA do Chefe da I.R. 4 ao Conselho Diretor do SPI, de 21/09/1949. Apud: ANDRADE, 2010, p. 34.

7 Ibidem (grifos nossos).

8 Escreve o vigário de Carnaubeira, padre Evaldo Bette, em 1984: “Assassinato do chefe da Serra d’Umã Oduvaldo G. Mota nascido em Ianá – Ceará a 5.9.1938 foi assassinado junto da casa de Simão Bastos com sua filha Katea de 21 anos por José Maximo e um Filho de Benicio Gonçalves no dia 14 de maio de 1984 às 14 h. de tanto crimes um dos

o documento aponta para os perigos de derramamento de sangue. Pelo testemunho de muitos sabemos que a região é área de muita violência<sup>9</sup>.

A presença na Serra do Arapuá de famílias dominantes de Carnaubeira, Mirandiba, Belém do São Francisco e Floresta deve também ter influenciado nas decisões do órgão governamental<sup>10</sup>.

O fato é que não foram atendidas as solicitações para que o SPI interferisse “no sentido de lhes ser assegurado o direito de permanecerem nas terras que ocupavam sem nenhuma obrigação com a fazenda municipal de Floresta que rege as terras onde estão situadas as aludidas Serras”<sup>11</sup>. Esse testemunho, porém, acaba declarando e dando visibilidade àquilo que poderia ser o motivo sócio-econômico: os interesses da Fazenda Municipal de Floresta.

Esta decisão acarretou também a negação do reconhecimento oficial ao povo Pankará, reconhecimento que só veio em 2010, quando a FUNAI constitui o “Grupo Técnico com o objetivo de realizar os estudos complementares de natureza antropológica e ambiental necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena Pankará da Serra do Arapuá, de ocupação do povo indígena Pankará, no município de Carnaubeira da Penha, em Pernambuco [...]”<sup>12</sup>.

Vejamos o testemunho do Sr. Luís Antônio de Souza (conhecido como “Trovão”), liderança da Aldeia Casa Nova na Serra do Arapuá:

Pelo que conheço era quatro família aqui na Serra, se espalharam e se juntaram de novo. Se foram se casando, abrindo espaço... porque os Rosa é o mesmo Amanso. A mulher de Pedro Benedito era dos Rosa, a mulher de Mané Francilino era dos Rosa. O tronco mais velho era os Rosa. Porque Zé Benedito... deve vir dos Benedito.

*[Por que o nome da aldeia é “Casa Nova”?] A primeira casa era de Zé Benedito... a primeira casa nova (era de madeira) se via de longe. Tem muitos anos. Casa Nova foi criada depois dos Gomes, de Ildefonso; foi a*

---

mais revoltantes. **Assassinados:** 1. Osmundo Antonio Barbosa com 34 anos + 19.12.1980. 2. João Barbosa Santana, com 34 anos: + 19.12.1980. 3. Neildo Pedro do Nascimento 19.12.1980 4. Cornelio Pedro do Nascimento 19.12.1980 5. José Emergelho Silva 9.3. 1981 6. Raimundo Joaquim + 1.2.81 7. Juvenal Lopes. 21.11.81 8. Manuel de Julha 1980 9. 1980 10. Eraldo de Dorinha 19.10.80 (PARÓQUIA DE CARNAUBEIRA. *Livro de Tombo*, vol. 2, p. 54). Acrescenta Mendonça: “[...] na Serra Umã, o narcotráfico já estava estabelecido dentro da aldeia indígena e havia uma acirrada disputa interna pelo poder na Serra, que culminou com o assassinato do líder Abdon Leonardo da Silva, em 1991.” (MENDONÇA, 2007, p. 179).

9 “A violência em nosso território não é algo ligado a circunstâncias passageiras, mas é uma verdadeira cultura. Ela está arraigada no modo de viver e pensar do nosso povo e tem raízes profundas na nossa história. [...] A falta de um aparato de justiça eficiente faz com que os conflitos entre famílias surjam e continuem por longo tempo; em muitos casos até os nossos dias. A ausência de políticas públicas eficazes visando o desenvolvimento econômico e social da região facilitou a entrada do narcotráfico na década de 70, aumentando o grau de violência no território. (DIOCESE DE FLORESTA. *Sínodo*, n. 25 e 27).

10 Em entrevista de 12/05/2009, o Sr. Alaesse afirmou que as famílias tradicionais de Carnaubeira da Penha são: Gonçalves, Freire, Bastos, Germano, Marcolino, Quixabeira. As famílias Carvalho, Menezes, Ferraz, Novaes e Cândido, juntamente com outras famílias, sempre tiveram grande influência na região. Muitos são proprietários de terras, alguns inclusive na Serra do Arapuá.

11 Museu do Índio, microfilme 152, fotograma 001071 > TELEGRAMA do Chefe da I.R. 4 ao Conselho Diretor do SPI, de 21/09/1949. Apud: ANDRADE, 2010, p. 34 (grifos nossos).

12 Portaria da FUNAI nº 413, de 24 de março de 2010. Fonte: Do Diário Oficial da União de 26 de março de 2010, sessão 2, p. 33. Disponível em <http://www.funai.gov.br/ultimas/Informe%20seii/2010/058-2010.htm>, acessado em 02/09/2010.

primeira casa de tijolo... casa nova. Não lembro quando... foi o tempo de Quintino, o pai de Ildefonso, pai de Luís Gomes Menezes. *[Quintino morava onde?]* Quintino morava fora. Aqui ficou a terra desocupada e começaram morar aqui... Acho que faz parte de português, não tem parentesco aqui. [...] Vinham de Floresta. [...] Nesse tempo só vivia as quatro família e as terras eram desocupadas. Quintino veio colocar a roça, como os Carvalho, Ferraz, Novaes. Aqui muitos não têm documento, outros foram no cartório e tiraram. *[Quem está com documento?]* Deve estar em Serra Talhada, no Livro de Tombo. Não sei quem tem documento. Sei que o INCRA tem, todo mundo tirou, mas Escritura é pouco. *[As terras são de quem?]* Casa Nova nunca fomos rendeiros. Compramos. Meu avô. Aqui na chapada era do Coronel Mané Olimpo. Nos venderam. Tinha outra terra que era do padre Renato, que são tudo da família de Luís Menezes. Ali em baixo e na chapada.

Descendo por lado de cá, a banda do Enjeitado *[indicando o lado do Enjeitado]*, tem terra de Francisco e Josimo de Salvador. A família de Francisco ainda faz parte da família da gente e Josimo Salvador faz parte dos Fulô, dos Santos. Não foi do meu conhecimento. Sei que Francisco é daqui.

Lá no Enjeitado quase tudo é dos Novaes. Ali tem João do Tonho, Mané Novaes, mas não sei. Sei que é dos Novaes: Enjeitado, Corrente, Sossego. A maior parte tudo é dos Novaes.

Descendo até a Ladeira é de João de Fausto, Maria de Elias (Maria Adalgisa dos Santos), Olímpio Pereira... Isso tudo é deles, não é mais dos Novaes. Agora lá em Alaesse não sei desenrolar. Tem de Pedro Manoel do Nascimento, é dele. Deoclécio Novaes, é dele no Retiro, tem uma parte dele lá. Boqueirão não sei. O morador era Antônio Torre, primo do Doutor Aldemir. A Cacaria só uma partezinha é de Mané Macário, irmão de Quinô Bezerra. Ele é dos Benedito daqui. Comprou esta partezinha de terra, mas dizem que outra é dos Carvalho. Dos Carvalho, Novaes. [...]

Descendo para o Oiti e Lagoa é muita renda. É Novaes e Carvalho. Pegou o pé da Serra. Neste tempo o pessoal era pouco em cima da terra... depois começou o INCRA no Município de Carnaubeira. Naquele tempo Ferraz Carvalho era meio chegado no cartório. Aqui quando os índios se apertavam com os invasores subiam a Serra. [...] Aqui no Sertão não tenho conhecimento muito. Só aqui no pé da Serra. Sei que é mais Carvalho e Novaes. Novaes é que mais tem. Os que mais aperreava os índios no tempo da usina era Novaes. Aqueles eram os fortes invasores dos índios. Pegavam os índios para trabalhar na usina. Usina de moer cana. [...] A família Novaes tinha escravos. Devia ter laborado muito com escravos também os Carvalho. Ainda tem. Aquela coisa de pegar renda é ainda escravidão: ter de trabalhar terra e pagar renda. É escravidão: ter que trabalhar para dar mantimento ao branco. Acho que Enjeitado ainda tem que pagar renda até da banana. Da banana, do abacate. Isso faz parte de quê? Índio nunca deixou de ser escravo. Enquanto não demarcar a terra tá escravo. A terra ficou para o ser humano. Não é pra desmatar. Ficou para o mantimento. Mas trabalhar para os outros? (Entrevista de 08 de agosto de 2010).

**O testemunho do Sr. Manoel Caxiado, Pajé da Aldeia Lagoa, na Serra do Arapuá, nos oferece outros elementos.**

O terreiro da gente ... dizem ter um documento... dividiram, que nem espinhaço, em linhas... teve outros fazendeiros que tomaram conta, invadiram... já



venderam. Uns tios deixaram. Meu bisavô dizia que nós dominavam a Serra... deram em troca de cavalos, etc. Depois chegaram os Pires e Caribé de Belém... Descendentes da Serra são: os Rosa, os Cacheado. João Miguel vem de Atikum. Amanso vêm de Terra Vermelha. O velho Luís Limeira (pai de Pedro Limeira) veio da Ilha da Missão, acima de Rodelas. (Entrevista de 09/11/2009).

As afirmações dos entrevistados nos sugerem algumas reflexões. Em primeiro lugar o fato de ter moradores da Serra (índios) e moradores de fora (não índios das famílias Carvalho/Ferraz e Novaes, vindo de Floresta, e das famílias Pires e Caribé, de Belém do São Francisco) que “tomaram conta” das terras. Especialmente os Novaes são considerados como “os fortes invasores dos índios”. Ainda apontam para um “tronco velho” de quatro famílias Pankará, entre as quais é reconhecida unanimemente a dos Rosa, que “é o mesmo Amanso”. Com eles vem os Caxiado, os Limeira. Finalmente nos fornecem elementos para entender como foi a resistência das famílias indígenas para se manter na terra: arrendamento, pagamento do “INCRA”<sup>13</sup>, compra da terra. Poucos têm documento de propriedade (“escritura”).

O povo Pankará é composto de quatro principais famílias de bases extensas que se distribuem em seu território: Rosa, Amanso, Cacheado e Limeira. Estes mantêm fortes laços políticos e de parentesco com os demais grupos étnicos que circundam sua área: o quilombo da Tiririca, que faz fronteira a oeste do seu território, os Atikum na Serra Umã (que tem a Serra Grande separando-os), os Tuxá em Rodelas, os Pipipã e os Kambiá, que habitam as regiões do pé da Serra Negra [...] (ANDRADE, 2010, p. 31).

A relação e distribuição dessas famílias com o território da Serra do Arapuá revela, além de relações de parentesco, elementos que fazem parte da religiosidade dos Pankará, sugerindo que o problema da terra, as relações às vezes conflitivas internas e externas ao povo, como também a questão da liderança (com sua influência), na verdade revelam e garantem a questão principal: sua própria identidade. Segundo Lara Andrade cada família está ligada a uma área geográfica, que ela chama com o termo de “núcleo” (Riachão-Enjeitado-Gonzaga, Lagoa e Cacaria) e a um “ancestral mítico” (ANDRADE, 2010, p. 65). O núcleo das famílias Rosa e Amanso se distribui na chapada da Serra (aldeias Retiro, Casa Nova, Sossego, Gonzaga, Ladeira, Jardim, Santa Rosa e Enjeitado)<sup>14</sup>. Na “outra serra”, como eles mesmos têm costume de dizer, encontra-se a família Caxiado (aldeias Lagoa, Vila, Água Grande, Gameleira). A Serra da Cacaria é área da família Limeira.

Organizamo-nos por aldeias espalhadas por todo o território. As famílias estão umas próximas das outras, também por afinidade de parentesco. Ter parente próximo um do outro facilita a vida em comunidade, diminui a possibilidade de conflito e aumenta a solidariedade entre as pessoas. Nossa organização

13 A Senhora Maria Benigna, da aldeia Brejinho afirmou estar de posse da escritura da terra, pois, o pagamento do INCRA lhe dá direito de herança. (Entrevista em 02/03/2010). Também a esposa de Sr. Pedro Limeira, Dona Emília, contou que o avô dela recebeu escritura do terreno na Cacaria. (Em 09/02/2011).

14 Em uma entrevista o Pajé Manoel Caxiado chamava “Serra dos Rosa” esta área na qual incluía Tamboril e Olho d’Água do Muniz. (Em 09/11/2009).

social tem por base o Toré. Os mais velhos estão ligados à tradição, são eles que guardam a sabedoria da ciência Pankará. (Organização Interna de Educação Escolar Indígena Pankará. Projeto Político Pedagógico, 2009, p. 7-8).

Esta outra afirmação, dos professores indígenas Pankará, nos permite entender que a força que o Pajé tem vem do “tronco”, de sua ligação com a tradição, que Lara Andrade identificou com o “ancestral mítico”: Mestre Atikum para as famílias Rosa e Amanso, cujo Pajé é João Miguel, do Enjeitado; Mestre Juazeiro para a família Caxiado, cujo Pajé é Manoel Caxiado, da Lagoa; Mestre Anjúca para a família Limeira, cujo Pajé é Pedro Limeira, da Cacaria.<sup>15</sup> A distribuição dos terreiros, dos reinados e encantados também expressa não só a relação de parentesco de uma “família extensa”, onde cada Pajé é forte liderança, mas a relação espiritual e mística que dinamiza e fortalece as relações daquele grupo, cuja identidade hoje definimos como Pankará. Esta dinâmica interna constitui a “identidade pankará” (ANDRADE, 2010).

Além disso, outros fatores ligados às diferentes estratégias, sobretudo com relação à necessidade de ficar na terra, manifestam uma relação aparentemente conflitiva dentro do povo Pankará. Se de um lado uns preferem pagar renda e continuar na escravidão (conforme o pensamento do Sr. “Trovão”), outros preferem entrar na luta. Enquanto os primeiros não querem briga, visto o histórico de violência, e procuram alianças dentro de padrões conhecidos (amizade com políticos locais e famílias “de peso”, visitas nas casas dos que se dizem donos da terra oferecendo presentes e renda embora não cobrados<sup>16</sup>, etc.), os outros percorrem novos caminhos através de novas alianças (COPIPE, APOINME<sup>17</sup>, Secretaria Estadual de Educação, Promotoria Federal, etc.). Temos que considerar o que o Pajé Manoel Caxiado nos disse em uma conversa que tivemos em Floresta no dia 21/11/2005: este processo de desintrusão deve ser muito lento, pois já houve mortes, e no mesmo tempo porque os não índios há tempo conviveram e cresceram junto com os índios, como podemos constatar em nossa pesquisa.

Entre as estratégias de sobrevivência para quem vive em área de conflitos não podemos esquecer as mudanças. As muitas viagens de famílias e indivíduos entre Serra, Sertão e Rio, encontram sua justificativa não só em motivos de trabalho, de visita aos parentes ou de fuga em tempo de carestia. Também a necessidade de encontrar sossego motivou alguns a se mudar. Alguns ficaram definitivamente na beira do Rio São Francisco e enfrentaram as mudanças que foram acontecendo no município de Itacuruba.

Aqui, há alguns anos, os descendentes do povo da Serra do Arapuá retomaram os passos para o reconhecimento oficial de suas terras e sua organização, na qual

15 “Há ainda um quarto Pajé, Pedro Leite, que sempre foi reconhecido como um ‘homem de ciência’, acompanhou o episódio do levantamento de aldeia Atikum, e tinha fortes laços com os ‘Caboclos de Rodelas’.” (ANDRADE, 2010, p. 65).

16 Em nossa pesquisa constatamos que ao ouvir falar em “luta” pelo direito à terra algumas famílias ficaram preocupadas, “pois sempre tentaram cultivar relações de amizade com Novaes. Pagam renda quando dá, quando não dá levam presentes (em frutos da terra)”. Entram sem medo na casa dos não indígenas.

17 COPIPE: Coordenação dos Professores Indígenas de Pernambuco; APOINME: Associação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo.

Um Pajé é a peça mais fina que existe dentro da aldeia. É o dom do povo. É quem gira a nação, que navega a nação. Eu, minha palavra “gira” é de nós girar, é a gente andar e percorrer, olhar, abrir um ritual, saber abrir e fechar. É aquela grande responsabilidade, a responsabilidade maior que existe dentro da etnia não é o cacique. Cacique é sobre os bens, sobre ir atrás caçar, pra dentro da aldeia, ir atrás dos benefícios lá fora, atrás dos bens. O chefe da nação. E o Pajé é o dom sob a palavra de Deus, o dom das orações, do conselho. Sustentar a aldeia sobre... . A cacique como as lideranças, como todos tem a obrigação de encomendar. Hoje vou aqui, vive na Serra de Pankará, que é a etnia geral. Vim de lá. Vim praqui porque aqui não tinha Pajé e Pajé não é qualquer um, Pajé vem da natureza mesmo. (Entrevista com o Pajé Manoel Caxiado, realizada em 24 de novembro de 2012)

Sr. Manoel Caxiado (Manoel Antônio do Nascimento) assim entende sua missão no meio do seu povo, e sua “origem”<sup>18</sup>. Por isso ele se desloca muitas vezes de sua residência na cidade de Floresta, onde mora com a esposa Dona Adalvina Idalina do Nascimento, entre a Serra do Arapuá (Carnaubeira) e a aldeia Serrote dos Campos (Itacuruba).

[...] o meu avô, através dos trabalhos, e Madrinha Amélia chegou o tempo que ela adoeceu, aí ele foi atrás de Roque Tuxá pra fazer esses trabalho pra curar Madrinha Amélia. Nesse tempo doutor era difícil. E as coisas de Madrinha Amélia era concentração, eram os Guias que judeavam ela, que chegou o tempo de se movimentar, de se..., de concentração e ela não tinha quem a doutrinasse. E por isso veio Roque Tuxá. É por isso que aí, lá na Lagoa, outras não, ele andou, mas o lugar dele era na Lagoa. Aonde foi toda concentração através de família, treinamento para o reconhecimento de Atikum, porque nesse tempo já tinha o aval. Primeiro era Tuxá, do começo que foi reconhecido. Atikum ninguém sabia como era o reconhecimento, registrar Atikum. Nesse tempo o pessoal vinha de fora para ajudar ter o reconhecimento. Foi através disso aí que tivemos o nome de Pankará, que nós era o mesmo povo de Atikum, mas que era separados, era povo bem separado mas era a mesma família. [...]

... era justamente a minha Madrinha Amélia e Mestre Juazeiro que diziam: Aqui Vocês são caboclo Cambengá. Este local aqui chama-se Cambengá [*Lá na Lagoa*]. É, lá na Lagoa, aquela parte da Serra de lá do nosso povo, na Lagoa. Antigamente dava-se nome Cambengá. [...] Mas não sustentaram este nome, ficaram conhecidos só como os [*caboclos*] da Lagoa. (Entrevista recolhida em 24/11/2012).

Este testemunho traz consigo muitos elementos. Além de confirmar a ligação entre Atikum e Pankará, sugere uma nova distinção na própria Serra do Arapuá, sendo “os da Lagoa” povo Cambengá. Ainda confirma a linha de reflexão de Lara Andrade, quando fala dos “ancestrais míticos”, em particular do Mestre Juazeiro, no caso “dos da Lagoa”, “*porque a história da Pankará é de quatro famílias, cada família tem o dono da ciência que já vem dos antepassados*” (ANDRADE, 2010, p. 65). (Grifos no original). Podemos pensar que seja difícil falar em “povo Pankará”, em uma situação dessa, mas assim é que eles hoje se

<sup>18</sup> Neste caso não entendemos falar de origem étnica, nem genealógica, e sim de “origem espiritual” de sua missão que “vem da natureza mesmo”, como ele testemunha.

autodenominam<sup>19</sup> e se organizam.

Cruzando todos os elementos entendemos que isso tudo aconteceu na década de 1940, quando Tuxá e Pankará se reuniram na Serra Umã conseguindo o reconhecimento de Atikum e a instalação do Posto Indígena. Percebe-se também sempre mais forte o parentesco entre Tuxá, Pankará e Atikum. A ida à Serra Umã e as preocupações dos Tuxá para que Hohental Jr.<sup>20</sup> visitasse e conhecesse o povo da Serra, provavelmente não eram só questões de ajuda “política” para o reconhecimento.

Quando a gente, de 58 pra cá, foi quando meu pai já andava pra lá através das aldeia, de meu avô, pai de papai, os outros parentes [...]. Toda vida eles tiveram essa... este conhecimento com outros parentes de Tuxá. [...] Eu sei que aí este Serrote, tudo este terreno aqui, todo era da nossa indescendência, que era dos índios. [...] Então eles andando travessava aí e ia pra Tuxá. [...] E a gente dava-se Toré e dava-se o nome Aldeia Garrancho. Lá tinha Prexede, que era índio velho que veio de fora [...]. Meu avô quando chegava ali passava de dois três dias para poder atravessar na Tuxá. Aí brincavam, brincavam. Era aquela animação. [...] Aí na noite iam brincar. Depois ia pro Porto de Madalena, pegava o barco e travessava pra Tuxá. Depois, de lá de Tuxá, faziam, brincava no meio da ruína. Eu mesmo participei ainda [...]. (Entrevista com Manoel Caxiado realizada em 24/11/2012).

Pelo testemunho parece que a motivação principal destas andanças da Serra para o Rio São Francisco (Itacuruba e Rodelas/Tuxá) não tinham a ver diretamente com trabalho, plantio de roça que as ilhas, principalmente, ofereciam nessa época anterior à barragem de Itaparica. O próprio Pajé Manoel confirma: “nesse tempo o pessoal não se perturbava muito por trabalho, o povo era muito ligado a trabalhar muito não. [...] Comendo o pãozinho de cada dia tava bom demais.”<sup>21</sup> Portanto podemos afirmar que as idas eram fundamentalmente visitas onde se fortalecia a identidade e os laços de parentesco. O povo da Serra visitava os Tuxá e Tuxá retornava a visita. “Eu sei que a gente sofria muito pra chegar em Tuxá. E esse povo de Tuxá também era o mesmo rojão.”<sup>22</sup>

Era nosso caminho, a gente tirava direto, tá vendo aquele caminho aí? Tiravam direto. E fizeram a oca quase em cima daquele caminho, sem saberem que era o nosso caminho (ka, ka, ka,) aí papai foi trazendo os filhos, a gente foi trabalhando e foi muito serviço, a seca apertando e nós trabalhando. Sei que papai ficou ainda passando três anos trabalhando aqui, na fazenda dos Cantarelli. E sempre aqui aculá a gente brincava um toré escondido. Ficava entre nós e Tuxá. E nós mesmos cantava aí e brincava. E foi isso que foi incentivando até chegar esse direito de nós, de que está formando esta aldeia. Chegando gente e foi procurando este direito, esta localidade de ficar, formando uma aldeinha e formar sua cultura. (Entrevista ao Pajé Manoel Caxiado recolhida em 24/11/2012, na aldeia Serrote dos Campos).

Na conversa, o Pajé Manoel nos descreveu nos detalhes este caminho que descia

19 Caroline Mendonça, em sua Dissertação de Mestrado os chamou “índios da Serra do Arapuaá”, mas ainda era antes de sua autodenominação.

20 ANDRADE, 2010, p. 38.

21 Entrevista ao Pajé Manoel Caxiado, em 24/11/2012.

22 Idem.

## da Serra do Arapuá.

[...] a gente se deslocava da aldeia Lagoa e aquele pessoal que acompanhava meu avô daqui de Pankará e se deslocava pra..., descendo a Serra... descia por dentro, nesse tempo não tinha rodagem, só tinha estrada, esta estrada batidinha de estrada de jumento e ali que a gente andava. Ia ali pro Araticum, de Araticum vem... passa no Capim, Roçado... e tinha uma entrada lá na Água Branca,... passa na Panela, no Riacho da Panela d'Água depois do Riacho da Panela d'Água aí vem pra Água Branca que é dos Carvalhos. Dizem que tem até o livro de tombo da família Carvalho que vieram de Portugal. São os português, que chamavam. Branco. Aí eles habitaram lá, que havia uma entrada que dava para uma casa grande, que era da velha Clarinha, que era dos Carvalho. Entrava, saía por dentro, pela mata. Essa mata é uma distância que não sei dizer quantos quilômetros dá. Nesse tempo não diziam nem quilômetro, era légua, quantas léguas, só de montanha, só de mata, por dentro. A gente entrava, saía, era minino e antes, meu avô já andava e eles já andavam por essa estrada aí por dentro. Saía do Riacho do Mundé. Riacho do Mundé, Tapera para tá lá no Jacurutu. Do Jacurutu passa, vem sair na Pedra Branca, que é o Serrote da Pedra Branca, que era do Major Adolfo, era do Major Adolfo que tinha terra também. Ele foi um dos que tinha terreno, não sei se era de tombo, se foi de invasão, não sei, do Boqueirão e aqui no rio e na..., saía na Pedra Branca travessava onde é esta pista que vem de Belém do São Francisco a Floresta. Lá na Pedra Branca ali pro Angico. Chamava Mocó Angico. Pedra Branca, Mocó e Angico. Do Angico vem, passa no Cipó, justamente falava o Cipó de Chico Pires, que é dos Pires, dali que é da família do Prefeito. Dalí do Chico Pires saía na rodagem, na estrada que ia pra Itacuruba e passava no Serrote dos Campos. Essa palavra de Serrote dos Campos, tem um pessoal aí que chama pessoal Campos. Aí não sei se este Serrote pegava no terreno deles. Eu sei que aí este Serrote, tudo este terreno aqui, todo era da nossa indescendência, que era dos índios. Os brancos foram chegando e foram tomando conta dessas terras. Então eles andando travessava aí e ia pra Tuxá. (Entrevista ao Pajé Manoel Caxiado gravada em 24/11/2012).

É acima desta estrada, deste caminho dos antepassados que ele hoje é incumbido da missão de “levantar aldeia” no Serrote dos Campos. Evidentemente confunde-se aqui a realidade histórica com a metáfora, pois percorrer o caminho dos antepassados significa também reavivar a tradição, manter-se na tradição. O trabalho espiritual fortalece o trabalho político, como a história fortalece o espírito e confirma a identidade. Um contínuo entrelaçar-se de história e meta-história; um contínuo caminhar por caminhos traçados. Alguém já construía este caminho.

No dia 24/11/2012, enquanto estávamos dirigindo para Itacuruba, o Pajé Manoel Caxiado contou:

Meu papel é que eles aqui eles não tinham... formaram essa aldeia, mas não tinham a doutrina certa assim como tem uma aldeia [...] Esta aldeia estava sem pajé. [...] Vim de lá. Vim praqui porque aqui não tinha pajé e pajé não é qualquer um, pajé vem da natureza mesmo. *[Então não veio aqui porque são de sua família?]* São da minha família. É o mesmo povo. Tem sobrinhos e tudo, aqui são meus sobrinhos, tudo são família. Tem uns que tem, aqui tem sangue de Tuxá, tem daqui da aldeia da Bahia, que são da Bahia, que estão

aqui, tem sangue da Bahia. Tem Pankararu também, tem Dona Quinu, que tem parte aqui (*sic*) ela vem pro Ritual. Só que ela estranha um pouco porque cada uma tem seu sistema, seu modo diferente. Cada etnia tem seu modo de dominação.

Meu trabalho aqui é isso, tenho esta responsabilidade. [...] Aldeia Serrote dos Campos, lugar de orações, tem um Cristo Redentor, onde o povo venera muitos aqui fazem a devoção e a gente tem esta grande honra de honrar o nosso lugar e lutar pela nação e pelo povo em geral. A gente, quando faz recomendação, não faz somente pra gente e pra nosso povo, faz pra todos em geral. Todos precisam da palavra de Deus e a Palavra de Deus está sobre todas as coisas.(Entrevista ao Pajé Manoel Caxiado gravada em 24/11/2012).

O Pajé Manoel tem plena consciência de que as mobilizações políticas e sociais encontram força quando o povo se encontra no Ritual. De fato, de quinze em quinze dias ele deixa outras ocupações no terreiro e no “Gentio” da Lagoa para dedicar um sábado de noite à “doutrinação” dos índios de Itacuruba. Se em épocas passadas o SPI pedia o “sinal diacrítico”, sinal de “indianidade”, exigindo que os índios mostrassem sua cultura, sua identidade dançando Toré<sup>23</sup>, hoje o Pajé Manoel Caxiado vai levantando a aldeia ajudando o povo se “concentrar” e se ligar às suas raízes, permitindo que a água da Tradição dê vida nova, nova força ao povo. Levantar aldeia não é simplesmente um ato jurídico, burocrático, uma concessão de lei, e sim um retomar sua história e sua identidade: um verdadeiro “caminho de volta”.<sup>24</sup>

A memória histórica, sugere Duvignaud, “supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado”<sup>25</sup>. Ou seja, recolher os dados da memória dos mais velhos que ainda estão conosco, e projetar-nos a um passado que não foi conhecido, para “inventar” o caminho da comunidade na base de um caminho já traçado, iniciado e interrompido, mas de que fazem parte as novas gerações e seus membros que sentem hoje a necessidade de não viver mais espalhados pelas ruas de Itacuruba. Se reunindo em uma mesma aldeia, trocando visitas diariamente, reunindo os velhos para contar histórias, “brincando um Toré” juntos e, sobretudo, tendo acesso aos segredos dos encantados, poderá reiniciar-se um processo de “volta” e superar o “esquecimento” (HALBWACHS, 1990, p. 34).

Ao primeiro passo, que é recolher as memórias, deve-se seguir (ou pelo menos deve ser ativado nos membros do grupo) um segundo: “fazer parte de uma mesma sociedade”, o espírito do pertencimento a uma história/identidade comum, veiculado pela convivência na aldeia. A memória coletiva é despertada pelo espírito do pertencimento, a “consciência coletiva” (DURKHEIM, 2004, p. 106).

23 Sobre o assunto veja-se o texto de Ugo Maia Andrade “*Moralitas Cabocla*”. In: GRÜNEVALD, 2005, pp. 99-127.

24 Neste sentido o termo “invenção de tradições”, usado por João Pacheco de Oliveira (2004, p. 8) citando Hobsbawm é ambíguo. Não se trata de “invenção” e sim de uma ação que é intimamente conexa à essência da Tradição (do latim *tradere*, repassar).

25 In: HALBWACHS, 1990, p. 14.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Lara. “*Nem emergentes, nem ressurgentes, nós somos povos resistentes*”: território e organização sócio-política entre os Pankará. 2010. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2010..
- ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira (coord.). *Atlas escolar*. Pernambuco. Espaço geo-histórico e cultural. 2.ed. João Pessoa: Ed. Grafset, 2003.
- ANDRADE, Ugo Maia. Moralitas Cabocla. In: GRÜNEVALD, Rodrigo de Azeredo (org.). *Toré*. Regime encantado do índio do Nordeste. Recife: Massangana, 2005, pp. 99-127.
- ATHIAS, Renato. *Carlos Estêvão, a Gruta do Padre e os Pankararu de Itaparica, PE*. Portal Etnolinguística.org, 27 de novembro de 2011. Disponível em: <http://blog.etnolinguistica.org/2011/11/carlos-estevao-gruta-do-padre-e-os.html>, acessado em 19/09/2012.
- BRASIL FUNAI. Diário Oficial da União 26 de março de 2010. *Constituir Grupo Técnico com o objetivo de realizar os estudos complementares de natureza antropológica e ambiental necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena Pankará da Serra do Arapuá*. Apud: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1589677/dou-secao-2-26-03-2010-pg-33>, acessado em 02/09/2010.
- DIOCESE DE FLORESTA. *Sínodo*. Dai-lhes vós mesmos de comer. Floresta, 2011.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, 2ª edição.
- FRESCAROLO, frei Vital. Informações sobre os índios bárbaros dos sertões de Pernambuco. Ofício do Biso de Olinda acompanhado de várias cartas. Revista Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro, 46, 103-119, 1883. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=p>, acessado em 10/03/2012.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. “*Regime de índio*” e *faccionalismo*: os Atikum da Serra Uma. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1993.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.
- HOENTHAL, W. D. Jr. As tribos indígenas do Médio e Baixo São Francisco. In: Rev. do Museu Paulista, São Paulo: Museu Paulista, v. 12, 1960, pp. 66-76.
- MENDONÇA, Caroline Farias Leal. *Os índios da Serra do Arapuá*. Identidade, território e conflitos no sertão de Pernambuco. 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2003.
- MENDONÇA, Caroline Farias Leal. Povo Pankará: os percursos da etnicidade no sertão de Pernambuco. In: ATHIAS, Renato (Org.). *Povos Indígenas de Pernambuco: identidade, diversidade e conflito*. Recife: Editora da UFPE, 2007, pp. 173-193
- ORGANIZAÇÃO INTERNA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR PANKARÁ (OIEEP). *Escola Pankará: memórias do passado, saberes do presente*: história, luta, ciência e resistência. Projeto Político Pedagógico, 2009.

PARÓQUIA DE CARNAUBEIRA DA PENHA. *Livro de Tombo*. Vol. 2, 1975-1994.

SILVA, Edson. Povos indígenas no Sertão: uma história de esbulhos das terras, conflitos e de mobilização por seus direitos. In: Portal do São Francisco, Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco/CESVASF, Belém do São Francisco, ano 6, n.º. 6, dez. 2007, pp. 107-126.



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Arnaldo de Vilanova 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55

### B

Brasil Império 1

### C

Camboja 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64

Casamento gay 93

Cooperativização 56, 57, 62, 63, 64

Cultura escolar 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115

Cultura política 1

### D

Direitos 38, 70, 74, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 121, 127, 134, 146, 148, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 190, 191, 192, 193, 194, 197, 199, 213, 218, 245, 247, 248, 249, 252, 257

Doutrina reformista 46, 47, 51, 54, 55

### E

Educação 25, 26, 28, 29, 37, 39, 40, 67, 68, 69, 71, 74, 75, 76, 81, 91, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 132, 140, 145, 148, 151, 152, 154, 155, 157, 162, 163, 189, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 245, 247, 252, 256, 257, 259

Ensino integrado 67

Extensão 40, 60, 67, 83, 95, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 124, 197, 212, 213, 222

### G

Garantias fundamentais 93, 95, 102

### H

História 4, 10, 19, 25, 26, 27, 30, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 53, 54, 55, 56, 60, 65, 67, 68, 69, 70, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 91, 104, 107, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 118, 121, 125, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 141, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 151, 166, 167, 170, 171, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 189, 199, 200, 201, 202, 207, 210, 226, 227, 228, 231, 233, 234, 241, 242, 245, 246, 248, 249, 253, 259

História da arte 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 91

História indígena 134

Historiografia 60, 67, 68, 104, 107, 108, 115, 155, 169, 171, 172, 175, 176, 177, 180, 186, 226

Homossexuais 93, 94, 95, 97, 98, 100, 103

## I

Identidade 17, 22, 71, 77, 93, 96, 99, 102, 108, 110, 111, 112, 134, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 150, 221, 236, 237, 240, 242, 243, 249

Igreja 17, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 103, 121, 183, 184, 187

Indissociabilidade entre ensino 104, 105, 107

## K

Khmer vermelho 56, 57, 58, 62, 64, 65

## L

Legislação 25, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 126, 131, 163, 191, 193, 195, 196, 215, 216, 250

Liberdade sexual 93, 102

## M

Memória 17, 20, 42, 44, 55, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 134, 135, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 200, 222, 226, 233, 234, 238, 242, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 253, 257

## P

Partido Comunista do Kampuchea 56, 57, 58, 63

Pensamento mítico 80, 84, 85

Pernambuco 1, 2, 3, 6, 7, 9, 10, 34, 39, 41, 119, 120, 133, 134, 135, 137, 140, 145

Pesquisa 26, 27, 43, 45, 47, 67, 69, 74, 75, 77, 78, 80, 86, 93, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 115, 125, 130, 140, 147, 149, 164, 177, 190, 202, 204, 205, 206, 212, 222, 226, 227, 229, 232, 233, 235, 247, 248

Política 1, 6, 13, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 59, 60, 61, 62, 63, 69, 70, 71, 72, 94, 110, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 131, 132, 135, 142, 145, 151, 152, 166, 169, 174, 175, 176, 179, 180, 183, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 203, 206, 207, 208, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 227, 237, 238, 241, 249, 250, 251, 252, 257

Pol Pot 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66

Povo Pankará 134, 145

Práticas educativas 104, 107

## **R**

Racionalismo 80, 84, 89

Regência 1, 6, 7, 212

Resistência 9, 35, 67, 68, 69, 73, 120, 122, 123, 131, 134, 135, 139, 145, 169, 191, 234, 243, 244, 251, 255, 256, 257

## **S**

Sociedade 6, 18, 22, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 35, 36, 37, 39, 40, 51, 52, 54, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 74, 77, 82, 91, 93, 94, 95, 98, 101, 102, 106, 107, 109, 111, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 131, 144, 151, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 173, 187, 191, 198, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 232, 235, 240, 244, 249, 252, 255

Super Facto Adventus Antechristi 46

## **U**

União estável 93, 94, 95, 97, 98, 100, 101

## **V**

Vênus de Willendorf 80, 85, 86, 87, 88

# História e Política:

Pensamentos  
constitutivos  
e críticos



2

- 🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
- ✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

**Atena**  
Editora  
Ano 2022

# História e Política:

**Pensamentos  
constitutivos  
e críticos**



# 2

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

**Atena**  
Editora  
Ano 2022